

## CLÓVIS MOURA (1925-2003)

*Érika Mesquita\**

**E**ntre os importantes intelectuais que no século XX se propuseram a repensar o Brasil, temos Clóvis Moura, que refletiu principalmente sobre a questão do negro na formação da nação.

Clóvis Steiger de Assis Moura nasceu em 1925, em Amarante, Piauí, numa família de classe média-baixa, ou, na linguagem cabocla, “remediada”. Filho de mãe branca, Elvira Moura, e pai negro, Francisco de Assis Moura, teve como bisavô pelo lado materno um barão do império prussiano, Ferdinando vön Steiger, e pelo lado paterno a avó Carlota, escrava de seu avô, que era senhor de engenho na zona da mata pernambucana. Ainda criança, Moura mudou-se com a família para Natal, onde residiu de 1935 a 1941. Iniciou seus estudos num colégio de padres Maristas, o Colégio Santo Antônio. Muito jovem fundou, à revelia dos irmãos Maristas, o Grêmio Cívico-Literário 12 de Outubro, onde eram realizadas reuniões semanais para discussão de literatura e política. O grêmio possuía também um jornal de nome *O Potiguar*, dirigido por Clóvis Moura, no qual publicou seu primeiro artigo não-literário, que versava sobre a Inconfidência Mineira. Ele e seu irmão se mudaram para Salvador em 1942, quando tinha 17 anos.

Na Bahia, Clóvis Moura entrou para a Faculdade de Direito, em 1944, curso que não concluiu. Naquele mesmo ano ingressou na carrei-

---

\* Mestre e doutoranda em Sociologia, UNICAMP.

ra jornalística, trabalhando no jornal *O Momento*, diário do Partido Comunista do Brasil.<sup>1</sup> Foi seu primeiro contato com o PCB, e contribuiu para aprofundar-se na teoria marxista e nas discussões envolvendo o movimento comunista internacional. Em 1945 tornou-se militante partidário, aos 20 anos. Em 1947 elegeu-se deputado estadual pelo partido, mas teve sua candidatura cassada pelo Tribunal Eleitoral, quando foi cancelado o registro do partido no governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950).

Por conta desse revés político, Moura se transferiu para São Paulo em 1949, onde integraria a Frente Cultural do PCB, organismo que reunia Caio Prado Júnior, Villanova Artigas, Artur Neves, dentre outros intelectuais. Além de militar no PCB, Moura atuaria profissionalmente como jornalista, trabalhando para Samuel Wainer e posteriormente para Assis Chateaubriand nos Diários Associados. Concomitante a sua atividade profissional, pesquisava história, em particular sobre a rebeldia negra no tempo da escravidão, tendo como objetivo demonstrar o importante e ativo papel do negro na formação da nação, não só do ponto de vista cultural, muito abordado naquele momento, mas — e principalmente — social, se desdobrando para os planos político e econômico. Em 1959 publicou seu primeiro e marcante livro, *Rebeliões da Senzala*, uma interpretação marxista da escravidão no país pelo viés da resistência escrava.

O que sempre preocupou nosso homenageado e dirigiu suas indagações foram os dilemas da constituição da nação, evidenciando a marginalização de negros e mestiços, tendo como um dos muitos resultados um racismo à brasileira, baseado mais na cor da pele do que na origem racial. A obra de Moura sobre o negro parte de uma interpretação oposta à de Gilberto Freyre e outros, que entendiam a escravidão como sendo um sistema basicamente convergente, composto por escravos em geral ajustados à sua condição servil e senhores despóticos, mas protetores. Moura buscou valorizar a resistência dos negros e seu importante papel na transformação ou destruição de sua condição de escravo, portanto, seu caráter dinâmico na história do país.

---

<sup>1</sup> Ele concluiu o curso de Ciências Sociais em 1953, no que viria a ser a Universidade do Estado de São Paulo (UNESP).

Para pensar a história social brasileira, Clóvis Moura lançou mão da análise marxista, como outros intérpretes do Brasil seus contemporâneos, a exemplo de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. Mas ao contrário de outros autores, Moura buscou juntar os cacos sobre um assunto tergiversado, que era a luta dos escravos contra o cativo. Ele estabeleceu, através da análise dos quilombos e das numerosas insurreições escravas, uma nova interpretação da formação da sociedade brasileira. O conceito de luta de classes foi usado como chave para a interpretação desses movimentos, que representariam o processo mais agudo da luta de classes no tempo da escravidão. Observou ele que a sociedade brasileira se formou através de uma contradição fundamental, senhores versus escravos, as demais contradições sendo decorrentes desta. A violência seria um aspecto central do sistema escravista.

Enquanto a maioria dos estudiosos da questão, pertencentes à sua geração, ainda procuravam em suas pesquisas desvendar o lado antropológico, etnográfico e folclórico do negro no país, Moura dirigiu suas pesquisas para o campo histórico-sociológico. Segundo ele, pensando nessa perspectiva analítica se poderia melhor entender a situação do negro na época da escravidão e depois.<sup>2</sup> Apoiado nos fatos pretéritos, o estudioso poderia desvelar melhor as iniquidades de que era vítima o negro no tempo presente. Procurava pensar o passado dialogando com o presente e vice-versa.

## **O escravismo tardio e a modernização conservadora**

Para Moura, a formação do país tem um caráter ambíguo e está repleta de antagonismos. Ele enfatiza que em nenhum momento os donos do poder estiveram voltados para atender as necessidades do conjunto da sociedade, composta por uma população majoritariamente não-branca, que se encontra nas camadas sociais mais baixas ou se acham excluídas dos benefícios do processo econômico, formando a categoria sempre crescente dos marginalizados sociais.

---

<sup>2</sup> Clóvis Moura, *Sociologia do negro brasileiro*, São Paulo, Editora Ática, 1988, p. 7.

Desde o início da formação da nação brasileira essa contradição é permanente, visível e se aguça progressivamente. Por isto fizemos a Independência conservando a escravidão e fizemos a Abolição conservando o latifúndio. Nessas duas fases de mudança não se desarticulou aquilo que era fundamental. Conservou-se aquelas estruturas arcaicas que impediam um avanço institucional maior. E, com isto, ficamos com uma lacuna, um vácuo social, político, econômico e cultural que não foi preenchido até hoje. Por isto temos ainda atrasos seculares relevantes que continuam influenciando em grandes camadas de nossa população.<sup>3</sup>

Também Caio Prado entendeu que só com a inclusão dessa grande massa de excluídos, vinda desde o Brasil colônia, se poderia constituir verdadeiramente uma nação. Mas Moura acrescentaria que nesta inserção social devia-se pensar para além do âmbito econômico e da luta de classes, devia-se pensar também na questão racial, e especificamente nos efeitos do racismo. Nesse sentido ele enriqueceu a análise marxista com o componente racial. Na verdade, se o excluído social no Brasil tem, em geral, a pele negra, a luta do negro seria também luta de classes. É por aí que ele pensa toda a história do Brasil, desde a colônia, desde a escravidão.

Para melhor analisar o escravismo colonial, Moura o dividiu em escravismo pleno e escravismo tardio. O escravismo pleno é o período em que a escravidão era uma instituição ou estrutura sólida e somente os escravos lutavam radicalmente para extingui-la. Diferentemente do escravismo tardio, quando vários setores da sociedade vislumbravam o fim da escravidão, mas com a continuidade das desigualdades profundas na ordem social. Segundo ele, o abolicionismo teria sido um “negócio de brancos”, que só veio a ocorrer devido ao antigo e persistente “negócio de pretos” representado pela sempre presente rebeldia dos escravos. Esse tal “negócio de brancos” era, digamos, incompleto (ou perfeito no que pretendia), pois não criou projetos de inserção social do ex-escravo, pelo contrário, o jogou astutamente para a base da pirâmide social, de onde não deveria se afastar após alcançar sua condição de livre.

---

<sup>3</sup> Clóvis Moura, *Rebeliões da senzala*, 4<sup>o</sup> Edição, Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 1988, pp. 24-25.

Moura sustentava que as revoltas negras representaram no escravismo pleno um proto-abolicionismo, mas um abolicionismo radical que não se concretizou, pois foi atropelado, nos dois últimos decênios anteriores à abolição, por um pseudo-abolicionismo, ou abolicionismo conservador, que foi liderado, não pela classe que deveria nortear o movimento, mas por uma classe de homens preocupados em manter a sociedade sob controle, sem uma autêntica emancipação negra. Segundo ele:

O escravo foi riscado como força dinâmica do projeto de mudança social, e a abolição realizou-se de acordo com os interesses e a estratégia das classes dominantes. A rebeldia negra, na fase conclusiva da abolição, ficou subordinada àquelas forças abolicionistas moderadas, conciliadoras e politicamente tímidas. Nenhuma reforma foi executada na estrutura brasileira, visando os interesses do escravo: era o início da marginalização do negro após a abolição que continua até os nossos dias.<sup>4</sup>

Para Moura, na fase que ele denomina de escravismo tardio, era como se o Brasil possuísse duas realidades sociais, uma arcaica, em que predominava o escravismo, e outra moderna, com uma incipiente ordem capitalista. Mas as duas se entrecruzavam e culminaram numa sociedade aparentemente moderna no aspecto econômico e tecnológico, mas que trazia em si o arcaísmo das relações sociais. Nisso se aproximava tanto de Caio Prado Jr. como de Sérgio Buarque de Holanda.<sup>5</sup>

Clóvis Moura:

Era como se estivéssemos em uma sociedade de economia livre.  
Não se computava a realidade de sermos uma sociedade escla-

---

<sup>4</sup> Clóvis Moura (org.), *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*, Maceió, EDUFAL, 2001, p. 284.

<sup>5</sup> De acordo com Rubem Murilo L. Rego, Caio Prado considerava que no Brasil as transformações se combinavam com a conservação e reprodução do velho. Ver Rubem Murilo Leão Rego, *Sentimento de Brasil: Caio Prado Júnior: continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2000. Também para Sérgio Buarque, o arcaico não se opunha ao moderno, e sim se combinavam em composições insólitas. Podemos citar, mais do que como exemplo, como metáfora, a semelhança entre o partido conservador e o liberal quando no poder, celebrizada na expressão de Holanda Cavalcanti: “Nada há mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder.” Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, São Paulo, Editora da Folha, 1995, p. 182.

vista e, por isto mesmo, para conseguirmos ser uma sociedade industrial teríamos de abolir o trabalho escravo. Nisto a tarifa é omissa. O aceno à industrialização não levava em consideração o fato de termos uma grande massa de trabalhadores ainda considerada coisa e por isto incapaz de poder participar desse modelo de modernização e uma superestrutura jurídica e política que legalizava esse *statu quo*, brecando qualquer possibilidade de mudança social nesse sentido. Havia duas sociedades no Brasil para os reformuladores nossa sociedade. O arcaico que não era elemento de cogitação de modificações e por isto deveria ser ignorado. E um projeto moderno que não considerava esse mundo e poderia modernizar o Brasil descartando o lado arcaico como parte do nosso ser social. O modelo de industrialização nos quadros do escravismo era mais uma proposta ideológica de se modernizar o Brasil sem se considerar nossa realidade estrutural.<sup>6</sup>

A escravidão foi um grande passo, mas não o único, para a posterior marginalização dos negros e mestiços no Brasil republicano. Passamos de uma sociedade hierarquizada entre senhor e escravo para uma sociedade capitalista regida pela competição, na qual negros e brancos, cada qual individualmente, buscam “ter seu lugar ao sol”. Isso na teoria. Na prática os negros entram na sociedade de classes em grande desvantagem, derivada do preconceito racial. E, é claro, a elite branca tratou de importar teorias racialistas, ou de recriá-las de acordo com a realidade brasileira, para estigmatizar o negro como trabalhador e como pessoa e manter inalterada sua posição social.<sup>7</sup> Na transição do Império para a República, cidadania confundia-se especialmente com o direito à liberdade. Todos, brancos e não-brancos, passaram a ser, teoricamente, “cidadãos”. Mas o preconceito e a desigualdade baseados na cor não se diluíram na categoria de *cidadão*, até hoje.

---

<sup>6</sup> Clóvis Moura, *Dialética radical do Brasil negro*, São Paulo, Editora Anita Ltda, 1994, p. 69.

<sup>7</sup> Segundo Florestan Fernandes, na ânsia de prevenir futuras tensões sociais, estas hipotéticas, a classe branca dominante preferiu fechar as portas que poderiam colocar negros e mulatos no mesmo patamar do branco em termos de direitos e garantias sociais. Com isso “acorrentava-se o ‘homem de cor’ aos grilhões invisíveis do seu passado, a uma condição subumana de existência e a uma disfarçada servidão eterna.” Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, São Paulo, Editora Ática, 1978, vol. i, p. 253.

## Os negros e a atualidade da questão da terra

Outra questão importante para Clóvis Moura era a condição do negro, durante e depois da escravidão, no que diz respeito ao acesso à terra. A Lei de Terras de 1850 seria um momento fundamental, pois obrigava o registro de todas as terras efetivamente ocupadas por sesmeiros e descendentes, via herança ou compra. Com isso impedia a ocupação de terras devolutas, a não ser por compra.

Na análise de Moura, a Lei de Terras foi excludente principalmente para os negros, uma vez que os já libertos saíam do cativeiro sem a oportunidade de ocupar terras e se tornar lavradores independentes. Isso os obrigaria a continuar trabalhando para terceiros. Portanto, essa lei veio contribuir para a manutenção das hierarquias sociais e raciais. Segundo Moura:

Se analisarmos mais detidamente não apenas esta passagem do poder decisório sobre a aquisição da terra, mas o seu significado sociológico mais importante ao propiciar possibilidades de contratos àquelas camadas que poderiam adquiri-la através da compra — populações livres — poderemos concluir que, à medida que se afastou o poder público do dever social de doar aos escravos (quando saíssem do cativeiro) parcelas de terras às quais tinham direito “por serviços prestados” e nas quais pudessem integrar-se, como proprietários, na conclusão do processo abolicionista, criou as premissas da sua marginalização social. Com essa lei os escravos beneficiados com a Abolição ficariam impedidos de exigir ou solicitar terras ao poder imperial como indenização conseguida “por direito” durante a escravidão.<sup>8</sup>

Logicamente, se a abolição tivesse ocorrido antes da Lei de Terras, a história do negro brasileiro teria possivelmente sido bem diferente.

O acesso do escravo à terra na forma de roças nos domínios das fazendas e engenhos não se apresentava para Moura como embrião de um campesinato negro. Ele discordou veementemente da idéia de “bre-

---

<sup>8</sup> Moura, *Dialética radical*, p. 71.

cha camponesa”.<sup>9</sup> Segundo ele, os historiadores e sociólogos que interpretam por essa vertente escamoteiam o problema classista fundamental, a luta entre escravo e senhor.<sup>10</sup> Escreveu que, ao “reformular a estrutura do sistema escravista através de brechas – brechas camponesa, de ganho, feminina, da casa grande, do eito, etc., procuram [muitos autores] com isto fragmentar o eixo dinâmico das relações sócio-econômicas globais que configuram a essência dialética do modo de produção escravista no Brasil.”<sup>11</sup> Para ele, o conceito é insustentável, como vem sendo aplicado nas interpretações do período escravista, principalmente por Ciro Cardoso.<sup>12</sup> Moura afirmou que “o escravo ao plantar uma parcela de terra pertencente ao seu senhor não estabelece outro tipo de relação (feudal ou capitalista) mas esta relação continua escravista, aumentando o sobretrabalho do escravo e dando lucro suplementar ao senhor. [...] o escravo que trabalha por consentimento do seu senhor em um pequeno lote de terra, plantando nessa parcela produtos agrícolas em pequena escala para uso pessoal, como atividade suplementar às suas atividades ordinárias, jamais perde a sua condição (essência) de ser alienado da sua condição humana.”<sup>13</sup>

Na concepção de Flamarion, o protocampesinato<sup>14</sup> seria uma forma de brecha camponesa a que corresponderiam “as atividades agrí-

---

<sup>9</sup> O termo “brecha camponesa” foi cunhado por Tadeusz Lepkowski e difundido no Brasil por Ciro Flamarion Cardoso. A expressão exprime a ocorrência de atividades que nas colônias escravistas escapam ao sistema de *plantation*. “Este autor [Lepkowski] percebia duas modalidades dessa brecha camponesa: 1) a economia independente de subsistência que os negros fugidos organizavam nos quilombos; 2) os pequenos lotes de terra concedidos em usufruto, nas fazendas, aos escravos não-domésticos, criando uma espécie de mosaico camponês-escravo, o qual coexistia, porém, com a massa compacta, indubitavelmente dominante, das terras do senhor, nas quais o escravo era trabalhador agrícola ou industrial, fazendo parte de um grande organismo de produção.” Ciro Flamarion Cardoso, *Agricultura, escravidão e capitalismo*, Petrópolis, Vozes, 1982, p. 133.

<sup>10</sup> Para Eduardo Silva a brecha camponesa cumpriu um papel socioeconômico e ideológico importante, pois “ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravaria numerosa, ao mesmo tempo em que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão.” João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 28.

<sup>11</sup> Moura, *Dialética radical*, p. 27.

<sup>12</sup> Ver Cardoso, *Agricultura, escravidão e capitalismo*, cap. iv, e do mesmo autor, *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

<sup>13</sup> Moura, *Dialética radical*, pp. 28-29.

<sup>14</sup> Termo primeiramente empregado por Sidney Mintz, segundo Cardoso, *Agricultura, escravidão e capitalismo*, pp. 135-151.

colas realizadas por escravos nas parcelas, e no tempo para trabalhá-las, concedidos para esse fim no interior das fazendas.”<sup>15</sup> Já Clóvis Moura entendia o protocampesinato com referência aos homens livres, que como agregados, meeiros, trabalhadores de condição, parceiros ou colonos, e envoltos numa economia de miséria, trabalhavam nas lavouras canavieiras ou cafeeiras e entregavam ao dono da terra parte de sua produção, conforme o combinado, que, na esmagadora maioria das vezes, era um combinado sempre mais vantajoso ao senhor latifundiário e escravista.<sup>16</sup> O autor via esses homens livres como sendo escravos disfarçados. Portanto, era um protocampesinato dentro da estrutura do modo de produção escravista, mas que em nada o modificou.

Com relação à outra modalidade de brecha camponesa de Lepkowski, a quilombola, ele argumenta que a “economia quilombola não se configurou em um protocampesinato, mas foi uma economia de resistência destinada à sobrevivência dos quilombos e não teve continuidade na economia de trabalho livre em face da forte repressão contra eles”.<sup>17</sup> Mas não nega totalmente o caráter protocampesinês de alguns quilombos que constituíram uma economia alternativa durante o período em que existiram, pois muitos quilombolas produziam víveres, trocavam-nos com outros quilombolas e até faziam escambo com seus vizinhos, pequenos proprietários e fazendeiros. Moura coloca uma questão a ser pesquisada: a eliminação ou permanência de uma economia camponesa entre os remanescentes de quilombos, e como essa economia teria contribuído para a formação da estrutura agrária brasileira.

Moura observou que a Lei de Terras foi uma estratégia de “modernização” do campo que tinha por finalidade conservar a grande propriedade e, concomitantemente, veio a funcionar como uma das maneiras de impedir o acesso da “plebe negra” à terra, criando assim “os mecanismos de dependência dos sem terra que perduram até hoje.”<sup>18</sup> Ele considerava que os imigrantes tiveram maior facilidade de acesso à

---

<sup>15</sup> Idem, p.135

<sup>16</sup> Para Moura estes homens livres não foram camponeses, pois aceitar a existência de camponeses no país remete-nos à existência de restos feudais, o que, para nosso autor, seria insustentável. Nesse sentido se alinhava às teses de Caio Prado.

<sup>17</sup> Moura, *Dialética radical*, p. 33.

<sup>18</sup> Idem, p. 77.

terra do que os trabalhadores nacionais, negros e mestiços, o que caracterizava mais uma forma de preconceito racial. Isto se deu porque o mercado de trabalho oferecia aos brancos imigrantes lugares que negava aos trabalhadores nacionais. O mercado, influenciado por ideologias racistas, difundiu uma noção de trabalho escravo associado à incompetência, atributo que estendeu ao negro liberto. Também foi significativo o fator econômico — entendido aqui como o lucrativo comércio de imigrantes. Moura apresenta três níveis de estratificação social após a entrada dos imigrantes, ainda no tempo da escravidão: “a) Os escravos que continuavam sem nenhum direito e possibilidades de mobilidade quase igual a zero; b) Uma população camponesa composta de mestiços e negros livres sem terra; c) A população composta de imigrantes que já possuía terra, constituindo-se em uma camada de pequenos proprietários.”<sup>19</sup>

Como podemos notar, Moura analisa a questão da terra sob a ótica racial de uma classe dominante, excludente e racista. Ele chama a atenção que o acesso à terra foi praticamente vedado às duas primeiras populações. Já os imigrantes brancos, considerados de “raça” superior, assistidos por instituições de colonização, possuíam maiores condições de adquirir terras, utilizando poupança, quer individual ou familiar, proveniente da venda de seu trabalho em solo brasileiro ou trazido de seu país de origem. Podiam, ainda, fazer uso de financiamentos oferecidos pelo governo para compra de pequenas propriedades. Essa gritante disparidade de tratamento, segundo o autor, se deu basicamente porque o trabalhador nativo não usufruía da condição de cidadão.

Enfim, entendia Moura que além da lucrativa empresa da imigração que se formou, subvencionada pelo governo, existiu a questão mesma do racismo dela caudatário. Buscava-se com a política imigrantista uma mão-de-obra que, além de trabalhar, promoveria o embranquecimento da população brasileira.<sup>20</sup> Discriminava-se o trabalhador negro,

---

<sup>19</sup> Idem, p. 76.

<sup>20</sup> A título de exemplo, na questão da substituição do trabalhador negro pelo branco temos os seguintes dados: “Os levantamentos da população operária revelam, além da preponderância de estrangeiros, uma cada vez maior concentração de trabalhadores: calcula-se que existem no estado de São Paulo 50.000 operários em 1901, dos quais os brasileiros constituem menos de 10%. Na capital paulista, entre 7.962 operários, 4.999 são imigrantes.” Edgard Carone, *A República Velha: instituições e classes sociais*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, p. 191.

em prol de um imigrante que nada possuía de superior enquanto força de trabalho, mas que era branco. E não faltava força de trabalho nacional, como argumentavam os imigrantistas. Moura contra-argumentava, por exemplo, que o número de trabalhadores nacionais desocupados que poderiam ter sido absorvidos pela economia cafeeira era maior do que o número de imigrantes chegados no período de 1851 a 1900.<sup>21</sup>

Moura reconheceu a árdua vida dos imigrantes em solo brasileiro, mas enfatizou que, por mais difícil que fosse a sua luta pela sobrevivência, ela não pode ser comparada à do ex-escravo e seus descendentes. O mesmo imigrante que muitas vezes questionava sobre seus direitos, colaborou para fomentar o racismo contra o negro no país. Por suposto, eles não foram os responsáveis pelo preconceito, mas contribuíram (freqüentemente como um efeito não pretendido) para agravar a situação de desigualdade socioeconômica com base na cor.<sup>22</sup>

Segundo Moura, a imigração agudizou o preconceito racial, uma vez que se caracterizou como uma tentativa de “limpeza” racial da nação. A imigração, podemos dizer, dinamizou um racismo já existente no escravismo e que continuaria após a abolição. De acordo com a análise de Moura, o negro foi lançado à periferia do sistema capitalista, onde poderia ser facilmente dizimado, quer por doenças ou pela violência que se encontra nesses — denominados pelo autor — “guetos invisíveis”. Era o sempre presente processo de branqueamento da população, não só pela miscigenação, mas igualmente pela alta mortalidade das popula-

---

<sup>21</sup> Ver Moura, *Dialética radical*, pp 13-122.

<sup>22</sup> Cito o relato colhido (dentre outros) por Teresinha Bernardo, *Memória em branco e preto: olhares sobre São Paulo*, São Paulo, Editora UNESP, 1998, p. 119, do Sr. Antônio, um negro idoso, que ilustra muito bem a visão mouriana desse processo: “Com 8 anos eu já trabalhava como aprendiz de sapateiro. Trabalhava numa loja onde aprendi o ofício. Não ganhava quase nada. Era a comida e alguns tostões. A loja ainda existe. É a Casa Stacchini, na Rua da Graça. Ela começou na Rua José Paulino, depois foi para a Rua dos Italianos nº 168 e agora é na Rua da Graça. Trabalhei com o Stacchini durante 15 anos. Sou até hoje um bom cortador e modelista. Às vezes, ainda me divirto em casa, cortando e modelando, mas tive que sair de lá. O Stacchini preferia os italianos como ele. Era 1927 lembro como se fosse hoje, eu agüentei todos aqueles anos as investidas dos italianos, porque praticamente eu tinha sido criado na loja, mas, em 27, chovia italiano no Bom Retiro e aí o preto saiu mesmo; acabou o lugar dos pretos nas sapatarias e nas alfaiatarias. O que sobrou foi pouca coisa; fui ser motorista de caminhão, saí para a rua e não quis mais saber. Ainda hoje eu não ponho os meus pés no Bom Retiro.”

ções negras pobres. E coube ao mito da democracia racial, enquanto eficaz discurso das elites, desarticular a consciência crítica, étnica e revolucionária do negro.

Ao dizer-se que somos uma democracia racial, jogamos, ao mesmo tempo, sobre o negro explorado e discriminado a culpa da sua situação atual no sistema de estratificação social e posição de classes. Porque, se há iguais oportunidades para todos, o negro não se encontra no cume da pirâmide porque não quer: dissipa o seu tempo no samba, na maconha e no álcool. A igualdade perante a lei desse discurso justifica a desigualdade social real em que o negro brasileiro se encontra. O formalismo jurídico, a concepção formalista do processo de interação social determina, em última instância, que esse discurso liberal absolva os racistas.<sup>23</sup>

Em uma de suas últimas obras, *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*, Moura ressaltou a questão agrária como sendo, atualmente, essencial para a transformação da sociedade brasileira. Além de discutir a formação histórica do dilema agrário no país, apontou que a maioria dos sem-terra, sem-teto etc. é composta por não-brancos, logo, duplamente subordinados, como classe e devido à cor. Para o autor, lutar pela reforma agrária é lutar por mudanças estruturais não só no campo, mas na sociedade como um todo; é empunhar e trazer à tona a bandeira da radicalidade, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa.

## **Reflexões radicais**

Como observei anteriormente, Clóvis Moura analisava a ideologia da democracia racial como sendo uma arma eficaz no trabalho de anular o processo de luta de classes e a reformulação do sistema de produção vigente. A ideologia da democracia racial conseguiu, como um de seus resultados, enfraquecer a visão crítica do próprio negro. Só muito lentamente emergiu uma consciência crítica em alguns meios acadêmicos e

---

<sup>23</sup> Clóvis Moura, *Brasil: raízes do protesto negro*, São Paulo, Global, 1983, p. 11.

movimentos negros, denominados pelo autor de “grupos específicos”, que teimavam em denunciar a falta de uma real “democracia racial”. Mas fiel a uma radicalidade mais totalizante, Moura lembrava que carecíamos não apenas de democracia racial, mas também democracia social, política, econômica, jurídica, educacional, todas elas ainda no campo da utopia.

A miscigenação e a figura do mulato, após a abolição, segundo Moura, constituíram representações sociais relevantes para dar sustentação ao multifário racismo brasileiro. Na nova ordem social competitiva, os mulatos que tiveram oportunidade de ascender foram eleitos como paradigmas da democracia racial. Enquanto isso se definia o papel da grande maioria da população negra como o de cidadão de segunda classe. Bom cidadão seria aquele negro que aceitasse sua situação inferior à do branco, que aceitasse trabalhos aviltantes, que colaborasse para a manutenção da ordem. Muitos negros interiorizaram a ideologia de que realmente possuíam menor capacidade que os brancos e existiam para servi-los. O negro que não age segundo esse modelo, aquele que quer ser contestador, destoante e diferente, este é estigmatizado. Moura expôs que o nosso intitulado “preconceito de cor” nada mais é do que um eufemismo para racismo.<sup>24</sup> Um racismo que no entanto é multifacetado, mutável historicamente e que se manifesta diferentemente em cada uma das regiões deste imenso e heterogêneo país.

O racismo, para Clóvis Moura, está presente em todas as fases históricas da formação social brasileira, se apresentando como uma das bases da “nação”. Tem suas raízes na forma como o país foi colonizado, logo, não é epifenômeno e sim parte ativa e formadora do *ethos* da

---

<sup>24</sup> Moura concordaria com a definição de Albert Memmi: “Em suma, o racismo surge como um biologismo exagerado e um elitismo interesseiro: ora, o primeiro é cientificamente pouco sério e o segundo não depende da ciência. O racismo consiste em realçar as diferenças, numa valorização destas diferenças e, finalmente, no uso desta valorização em proveito do acusador. O racismo é no fundo uma arma econômica. O discurso racista não passa de um desses álibis usados para mascarar uma conduta de apropriação dos recursos naturais e, se necessário, de ‘exploração do homem pelo homem’. Uma opinião não basta para fazer um racista, o racismo é, ao mesmo tempo, a ideologia e a manifestação ativa de uma dominação, e o racismo, por sua vez é sua sombra, e seu prolongamento inevitável. Portanto, o racismo é um discurso e uma ação; um discurso que prepara uma ação e uma ação legitimada por um discurso.” Albert Memmi, *O racismo*, Lisboa, Caminho, 1993, p. 112.

realidade sociopolítica e cultural do país. No ano em que se comemorava o centenário da abolição, ele explicitou sua indignação contra a capacidade de escamotear do racismo brasileiro e propunha que ele fosse denunciado incisivamente, para que com uma maior conscientização da sociedade se exigissem medidas políticas, sociais e educacionais efetivas para tentar reverter o quadro.

Moura sugeriu que uma possível saída para este grave problema nacional seria o resgate pleno dos direitos humanos, civis, sociais etc.; seria intensificar a busca da dignidade humana perdida, esforço que se verifica não só no Brasil, mas no mundo. Em nossa compreensão, era uma proposta para fazer uma “recomposição do mundo”, que para ele só poderia acontecer em moldes diferentes do capitalismo.<sup>25</sup>

Moura manteve até o fim suas convicções socialistas, apostando que só a derrocada do capitalismo e o fim das desigualdades sociais criariam as condições objetivas para o ocaso definitivo do racismo. Embasado nos estudos que fizera do passado e da atualidade, ele não vislumbrava a revolução de uma forma romântica, acreditando que ela aconteceria, mas não em curto prazo. Viria como resultado de um processo lento de deterioração da sociedade, e de uma conscientização proveniente da periferia do capitalismo. E essa revolução, no seu entender, será comandada pela classe que é majoritária, pobre e duplamente oprimida, social e racialmente. Os negros farão essa revolução.

Clóvis Moura via o capitalismo como uma gigantesca máquina de produzir desigualdades, por isso era preciso destruí-la. Ele não estudou a fundo as engrenagens dessa máquina, mas previu seu fim para quando os setores subalternos, encabeçados pelos não-brancos, levantassem a bandeira do socialismo. Ele sugeriu, porém, que a conscientização dos não-brancos virá apenas a passos lentos, devido ao grande poder de adaptação do capitalismo e da eficácia de suas ideologias. Seu otimismo vinha de sua observação de numerosos e sérios movimentos sociais que continuavam surgindo e incomodando as elites locais e mundiais. Esse porvir venturoso, ele o antevia por continuar a acreditar na utopia, se perfilando com aqueles que não deixaram de acreditar num mundo solidário e justo.

---

<sup>25</sup> Moura, *Dialética radical*, cap. i.

## Bibliografia de Clóvis Moura\*

### Artigos e capítulos de livro:

1952. “No cinquentenário de ‘Os Sertões’”. *Fundamentos*, nº 28, pp. 7-9.
1954. “Euclides da Cunha e a realidade nacional”. *Fundamentos*, nº 38, pp. 11-14.
1955. “A situação do Brasil como nação soberana”. *Fundamentos*, nº 40, pp. 26-29.
1955. “A Independência: fruto de lutas populares”. *Notícias de Hoje* (SP), 07/09/1955.
1958. “A grande insurreição dos escravos baianos”. *Revista Brasiliense*, nº 16, pp. 22-25.
1959. “Nota sobre o negro no sertão”. *Revista Brasiliense*, nº 24, pp. 17-19.
1968. “Uma abordagem sociológica do conceito de História”. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, nº 9.
1970. “Para uma biografia de Tiradentes”. *A Tribuna* (SC), 22/07/1970.
1970. “Revoltas de escravos em São Paulo”. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. CLXXXI, pp. 103-111
1973. “Sobre sociologia do trabalho”. *A Folha* (SC), 28/11/1973.
1974. “Le role du noir dans l’emancipation de l’Amerique Latine”. *Le Soleil (Arts & Lettres)*, Dakar, nº 1222, pp. 213-230
1974. “Uma reunião de alto gabarito científico: colóquio sobre Negritude e América Latina”. *A Tribuna* (SC), 17/02/1974.
1974. “Da falácia da sociologia e da necessidade de uma anti-Sociologia”. *Jornal de Debates* (SP), 23/04/1974.
1974. “O precursor do abolicionismo: Zumbi”. *Jornal de Debates* (SP), 17/05/1974.
1976. “A tragédia camponesa de Canudos”. *Movimento* (SP), novembro.
1977. “O negro após a Abolição”. *Revista de História e Arte* (Belo Horizonte), nº 10.

---

\* Esta não é uma lista exaustiva de sua obra histórico-sociológica. Também não está elencada sua produção literária, como crônicas e poesias.

1977. “Inconfidência Mineira: uma utopia republicana”. *Movimento* (SP), abril.
1977. “Um crítico social do século XIX”. *Jornal do Comércio* (Recife), 24/07/1977.
1978. “A emergência ideológica do negro urbano”. *Capoeira* (SP), 23/08/1978.
1979. “Climate of Terror”. *Index* (Londres), vol. 81, nº 4.
1979. “Os grandes racionalizadores da dominação política”. *Leia Livros* (SP), nº 9, setembro.
1980. “João Cândido entra na História”. *Correio das Artes* (João Pessoa), 23/03/1980.
1984. “Preconceito racial aumenta desemprego”. *Jornal do Grande ABC*, 12/03/1984.
1984. “O negro busca sua verdadeira face”. *Folha de São Paulo*, 18/03/1984.
1984. “O racista casamento à brasileira”. *Folha de São Paulo*, 23/12/1984.
1985. “O regresso à mãe África”. *Folha de São Paulo*, 21/01/1985.
1985. “Corrupção sustentava tráfico”. *Folha de São Paulo*, 21/01/1985.
1985. “O racismo na sociedade brasileira”. *Tribuna Operária* (SP), 18/11/1985.
1986. “Será que negro vota em negro?”. *Diário do Grande ABC*, 02/02/1986.
1987. “A negritude reinterpretada”. *Diário do Grande ABC*, 15/03/1987.
1987. “O negro urbano emergente: novos aspectos da questão racial”. *D.O. Leitura* (SP) maio de 1987.
1987. “Lima Barreto e a militância literária”. *Princípios* (SP), nº 2, julho.
1988. “Rapporti Schiavisti in Brasile un secolo dopo L’Abolizione”. *Movimento Operaio e Socialista* (Roma), nº 2, pp. 54-68.
1988. “Trajetória da Abolição em São Paulo”. *Revista do Arquivo Nacional* (RJ) vol. 3, janeiro/junho.

1988. “Quilombagem e abolicionismo: divergências e convergências”. *D.O. Leitura* (SP), janeiro.
1988. “É chegada a hora de refletir”. *Diário Popular* (SP), 13/05/1988.
1988. “Luta em São Paulo. Uma luta diferente”. *Jornal da Tarde* (SP), 14/05/1988.
1988. “Cem anos de Abolição do escravismo no Brasil”. *Princípios* (SP), nº15, maio.
1988. “Cent’anni dall’abolizione della Schiavitú in Brasile”. *Revista Latinoamérica* (Roma), nº 29.
1989. “A réplica de... e o vento levou”. *Jornal do Brasil* (RJ), 18/02.
1989. “Escravos na utopia republicana”. *Jornal do Brasil* (RJ), 16/04.
1989. “Uma utopia anticolonialista”. *Voz da Unidade* (SP), número especial, abril/1989.
1995. “A república de palmares e o seu significado sócio-político”. *Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo*.
1995. “A dinâmica político-ideológica do racismo no novo contexto internacional”. In Fátima Quintas (org.), *O negro: identidade e cidadania*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, pp. 214-229.
2003. “Um breve depoimento”. In Luiz Sávio de Almeida (org.), *O negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*, Maceió, EDUFAL, pp. 9-21.

### **Livros:**

1959. *Rebeliões da senzala* (1ª edição), São Paulo, Edições Zumbi;
- 1972 (2ª edição ampliada), Rio de Janeiro, Conquista; 1981 (3ª Edição), São Paulo, Ciências Humanas; 1988 (4ª Edição), Porto Alegre, Mercado Aberto.
1964. *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
1976. *O preconceito de cor na literatura de cordel*, São Paulo, Resenha Universitária.
1976. *Sociologia de la praxis*, Mexico, DF, Siglo XXI.

1977. *O negro – de bom escravo a mau cidadão?*, Rio de Janeiro, Conquista.
1978. *A Sociologia posta em questão*, São Paulo, Ciências Humanas.
1981. *Os quilombos e a rebelião negra*, (1ª e 2ª edições) São Paulo, Brasiliense; 1982 (3ª, 4ª, 5ª edições) São Paulo, Brasiliense; 1983 (6ª edição) São Paulo, Brasiliense; 1984 (7ª e 8ª edições) São Paulo, Brasiliense.
1983. *Brasil: raízes do protesto negro*, São Paulo, Global.
1987. *Quilombos: resistência ao escravismo* (1ª edição), São Paulo, Ática; 1989 (2ª Edição) São Paulo, Ática.
1988. *Sociologia do negro brasileiro*, São Paulo, Ática.
1989. *História do negro brasileiro*, São Paulo, Ática.
1990. *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira*, Belo Horizonte, Oficina de Livros.
1994. *Dialética radical do Brasil negro*, São Paulo, Editora Anita.
1997. *Bahia de todos homens*, Salvador, Editora BDA.
2000. *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos*, São Paulo, Editora Expressão Popular.
2001. (org.) *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*, Maceió, EDUFAL.
2003. *A encruzilhada dos Orixás: problemas e dilemas do negro brasileiro*, Maceió, EDUFAL.
2003. *Dicionário da escravidão no Brasil*, São Paulo, Edusp (no prelo).